

“Os torpes Gallicismos, que hoje a feyão muitas traducções”: a influência da língua francesa nas traduções ibéricas da virada do século XVIII para o XIX

*“The Vile Gallicisms, which Today Make Ugly Many Translations”:
The Influence of the French Language on Iberian Translations
from the Turn of the Eighteenth to the Nineteenth Century*

Cláudio DeNipoti*

RESUMO

A partir das décadas finais do século XVIII percebe-se, nos discursos das elites letradas ibéricas, um esforço sistemático para diminuir ou evitar a influência da língua francesa sobre os textos escritos em português e espanhol, originais ou traduções do francês, particularmente o que é definido como “galicismo”. Face ao enorme volume editorial de livros escritos, impressos ou traduzidos para o francês na segunda metade do século, censores, tradutores, editores e comentaristas ibéricos apontam a constante presença de palavras e construções “afrancesadas” na palavra impressa lusitana e castelhana. Este estudo tenta ver esta questão à luz do uso de galicismos como parte dos neologismos necessários para compreender os avanços da ciência e das artes na península ibérica do período.

Palavras-chave: Galicismo; neologismo; História cultural; história da ciência; história do Império Português; Século XVIII.

ABSTRACT

From the final decades of the Eighteenth century, in the speeches of Iberian literate elites, we can notice a systematic effort to diminish or avoid the influence of the French language on texts written in Portuguese and Spanish, originals or translations from French, particularly what is defined as “Gallicism”. Considering the enormous editorial volume of written, printed or translated books into French in the second half of the century, Iberian censors, translators, editors and commentators point to the presence of “French” words and constructions in the Portuguese and Castilian printed word. This study tries to see this issue in the light of the use of Gallicisms as part of the neologisms necessary to understand the advances in science and the arts in the Iberian Peninsula of the period.

Keywords: Gallicism; Neologism; Cultural history; History of science; History of the Portuguese Empire; Eighteenth century.

* Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil. denipoti@uel.br <<https://orcid.org/0000-0002-0862-5203>>

Um perigo pairou sobre a península ibérica durante quase todo o século XVIII – a possibilidade de uma invasão francesa. Não uma invasão militar (esse perigo sempre houve, e se concretizou eventualmente), mas uma invasão linguística. A percepção da ameaça foi tão marcada, que assumiu nome próprio e gerou discursos constantes, percebidos como reação ao perigo concreto e constante: o galicismo. Definido hoje como “palavra, locução ou construção peculiar à língua francesa” (Dicio, 2020), o termo provocava ansiedade em tradutores, censores e autores portugueses e espanhóis setecentistas, a ponto de ser considerado uma das principais bandeiras do neoclassicismo de Francisco José Freire (Candido Lusitano), que buscava:

a pugna pela restituição da vernaculidade e do rigor à língua, por meio da recuperação das formas derivadas do latim, o que supunha o resgate da memória textual em vernáculo, e, por outro lado, o combate à *francesia*, isto é, tudo quanto resultasse da influência francesa, aspecto tanto mais paradoxal quanto se sabe que, no século XVIII, a França, nação civilizada e iluminada por antonomásia, era o centro irradiador das Luzes da razão. Com o primeiro assunto relaciona-se a discussão dos usos e dos sinónimos, e, com a segunda, a questão do galicismo [...] (Gonçalves, 2015, p. 181).

O debate se insere nas buscas de normatização vernacular em Portugal e Espanha, mais frequentes no século XVIII, no contexto de valorização das línguas nacionais sobre o latim e contra o francês (Denipoti, 2022, pp. 185 ss). O debate, de forma alguma restrito à península Ibérica, buscava atender uma situação transicional, na qual os monarcas não se identificavam ou se preocupavam com quais línguas seus súditos falavam, em direção ao processo de criação de uma “consciência nacional” na Europa ocidental (Andresen; Carter, 2016, pp. 142, 148), ligada à ideia de “nação” conectada à identidade linguística do “povo”, como pensada por Herder (Andresen; Carter, 2016, p. 151). Tratava-se de enfatizar uma “norma purista” visando “preservar o ‘antigo e bom uso’, a de atender ao ‘gênio da língua’, a de libertar a língua do ‘refugado francesismo’, a de defender ‘a natural formosura da nossa linguagem’” (Vilela, 1981, p. 49). O mesmo aconteceu na Espanha, onde o debate sobre a ilustração foi marcado por jogos de posições e críticas centradas nos conceitos de “castiço”, “purista”, “afrancesado” e “enciclopedista” (Polzin-Haumann, 2006, p. 199). Estas posições são condizentes com a tradição erudita que via no Latim a fonte da pureza da língua portuguesa, e potencial matriz para quaisquer inclusões linguísticas, conforme pode ser visto no debate em torno dos livros de

ortografia pelos censores da Real Mesa Censória, em 1771 (Denipoti, 2022, pp. 185 ss).

Não obstante, a influência da língua francesa sobre os dialetos peninsulares foi tema recorrente na literatura de época, que instava o estudo como forma de acesso à civilidade e educação, como fez Pina e Proença (1734) em seus *Apontamentos* (Araújo, 2003, p. 49). Antonio de Moraes e Silva fez eco à “generalizada postura lusitana infensa à influência francesa pós-revolucionária” (Cavaliere, 2006, p. 540), bem como à oposição generalizada ao uso indevido de termos franceses em português, em 1806, ao advertir seus leitores:

[...] se basta o estudo de um ano para saberes meamente um idioma estrangeiro, quando quiseres saber a lingua patria perfeita e elegantemente, deves estudar toda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma.

[...]

E deste modo poderás imitá-los [os autores clássicos], não repetindo [...] as suas palavras e frases [...], mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se lêem (Silva, 1806, p. V).

Marquemos, de início, que a pluralidade de vozes – nem sempre consoantes – coletadas para esta análise se originam de vários agentes da palavra escrita ao longo do final do século XVIII e início do século XIX no mundo ibérico, desde autores como Francisco José Freire, representando a pureza linguística citada acima, passando por editores, críticos literários, “jornalistas” de cariz liberal e, particularmente, censores, que, no caso português, outorgavam-se tentativas de controle sobre a definição do vernáculo lusitano (Denipoti, 2022, p. 190) e foram frequentemente identificados com um projeto pombalino de império (Tavares, 2014; ver também Martins, 2005). Vale marcar, com relação a este último grupo específico de agentes, que os textos analisados não foram produzidos para consumo público, por se tratarem de debates secretos entre os censores (Denipoti, 2022, p. 201). Porém, as ideias expressas naqueles documentos encontravam eco em outras fontes, cuja intenção original fora o “leitor comum”, como os paratextos editoriais ou as críticas jornalísticas, por exemplo.

Retomando o debate sobre o galicismo, contribuiu enormemente para a preocupação com o “binómio português-francês” o fato de a relação entre as duas línguas ser considerada, durante o século XVIII, “interferência linguística, empréstimo lexical ou até neologia” (Gonçalves, 2015, p. 182). Este último

item ganha particular relevância ao lembrarmos, novamente, a grande quantidade de traduções de edições em francês para o português e para o espanhol nas áreas científicas em desenvolvimento, ou no conhecimento das luzes em geral (Silvestre, 2007; García Hurtado, 2007).

Nesse tocante, vale a pena notar, para preparar o terreno da análise, que este foi também um período de criação de palavras, ou de “ressignificações” de termos existentes, em diversas línguas. O próprio termo “neologismo”, por exemplo, foi criado no século XVIII (Siqueira, 2015, pp. 11-22), e o termo “invenção” foi usado por John Adams para descrever os papéis de um comitê político na articulação da nova nação americana, a partir de uma comparação com o para-raios de Benjamim Franklin (Warner, 2010, p. 107). O vocabulário – que também serviu para redefinir o papel do “homem de letras” como alguém na “vanguarda da humanidade, em contato com o povo em nome de quem ele escrevia e falava, fosse um ensaísta ou um palestrante científico itinerante” (Porter, 2001, p. xcvi) – ajudou a criar uma palavra de ordem: a novidade:

[...] novos termos estavam sendo criados e termos antigos estavam adquirindo novos significados: intelectual, autobiografia, racionalismo, humanitário, utilitário, opinião pública, romantismo, ideologia, primitivo, década, [...] Previsivelmente, o próprio termo neologismo era em si um neologismo, e [era] “radical” como substantivo político em uma versão da década de 1790 (Porter, 2001, p. xcvi).

Embora indiquem ideias fundamentalmente diferentes em termos linguísticos e gramaticais, é frequente a referência documental (nos pareceres dos censores portugueses do século XVIII, por exemplo) a termos franceses em tradução literal, tanto como neologismos quanto como galicismos, indicando que o segundo termo dominava, no contexto do esforço tradutório mencionado acima, o horizonte das novas palavras incorporadas ao vernáculo (ou ao menos as versões utilizadas pelos tradutores).

Os dicionários do século XVIII unanimemente não têm definições para esses termos em português (Bluteau, 1720; Silva; Bluteau, 1789; Novo Dicionário, 1806) ou espanhol (Real Academia, 1780; Real Academia, 1803). Em português, as primeiras definições de “neologismo” são encontradas somente no século XIX, na edição do *Diccionario* de Antonio de Moraes e Silva de 1813 (p. 340), como “s.m; o uso frequente de palavras novas”, e no dicionário de Francisco Solano Constâncio (1836, p. 716), que define “neologismo” como

inovação de palavras e frases. Nenhum dos dois incluiu definições de “galicismo” em seus trabalhos, ao passo que o dicionário castelhano produzido pela Academia Espanhola mantém silêncio sobre ambos os termos em sua edição de 1832 (Academia Española, 1832).

Porém, ao recorrermos a outras fontes – os paratextos editoriais dos tradutores portugueses e espanhóis, apoiados pelos pareceres dos censores portugueses¹ – percebemos que ambos os termos são utilizados quase como sinônimos, levantando a questão de que, talvez, pela profusão editorial em língua francesa nos diversos campos do conhecimento, *galicismo* funcionasse como *neologismo*, criando o (apenas aparente) paradoxo fundamental de que o combate ao galicismo contrariava o acompanhamento da inovação de conhecimento.

Primeiramente, cabe enfatizar o papel desempenhado neste processo pelos tradutores, gramáticos e “letrados” em geral (Santos, 2021), que tinham, nas obras em francês, a maior parte do seu material de leitura e trabalho, e buscavam aproximar outros leitores de obras que consideravam relevantes em seus campos específicos de atuação. Testemunho disso foi dado por José Amaro da Silva em seu “prefácio do tradutor” ao poema *A morte de Abel* (Gessner, 1785). Silva, que não traduziu o original alemão de 1754, mas (provavelmente) a tradução francesa de Huber, de 1761, admitia a onnipresença do idioma francês, “hoje tão estendido e conhecido em quasi todas as partes do mundo”, ao mesmo tempo que definia seus limites entre o público leitor português, “principalmente aquellos, que se não tem versado em Letras”, para quem direciona seu esforço. Antonio de Capmany (1776, p. XI) reproduziu essa visão sobre a relevância da língua francesa em seu *Arte de traducir el idioma francés al castellano*, enfatizando o quanto essa língua estava adequada ao discurso científico do século XVIII:

Sin embargo, desde que el idioma francés se ha hecho en este siglo intérprete de los conocimientos humanos, esto es, de las verdades y errores antiguos y modernos, debemos confesar que la Francia ha hecho sabia su lengua consagrándola al idioma de las ciencias. El Geómetra, el Astrónomo, el Físico, el Crítico, el Filósofo no hablan ya el lenguaje del vulgo, con el cual se explicaba todo cien años atrás. Tienen otro vocabulario, tan distante del usual como el de Newton lo es de Ptolomeo.

Manoel Jacinto Nogueira da Gama apresentou uma explicação para essa predominância gaulesa em seu “Discurso do Tradutor” às *Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal* (Carnot, 1798, n.p.). Segundo ele, ao su-

perar o latim como língua das ciências, as traduções “em vulgar” permitiram “abolir-se aquelle monopólio vergonhoso [do latim], e abrirem-se as portas das Sciencias á todos os individuos [...] aos homens de genio, que pelas circunstancias particulares de sua condição civil não podessem entrar na carreira das Letras”. Para este tradutor brasileiro, a França se destacava dentre as outras nações, por sua “grande extensão, e povoação [...]”, a sua situação comoda para o trato com as demais Nações Estrangeiras; o considerável número de homens sabios, e instruidos que tinha em seu seio”. Segundo ele, a própria língua facilitava a comunicação que os franceses em geral (“pessoas de todos os estados, e os espiritos de todas as ordens”) mantinham com as letras e ciências, o que justificava também o grande número de traduções para a língua francesa de obras de toda a Europa:

A grandissima vantagem de se principiar deste modo a vulgarizar a língua Franzeza, a fazia já considerar pelos Escritores Nacionaes como própria para comunicarem as suas ideas, e descubertas às Nações Estrangeiras, ao mesmo tempo que as derramassem na sua. Por outra parte, a Nação própria tendo mais direito as luzes, e descobrimentos dos Nacionaes, do que as estranhas, tinha igualmente a Lingua Franzeza mais direito aos seus escritos, do que a Latina. Estas considerações juntas com a maior facilidade de se escrever em linguagem, dentro em pouco tempo levavaõ os Franzezes a abandonarem a língua dos Sabios, escrevendo na sua somente; e esta foi a época, em que se principiou a decadencia do idioma Latino (Carnot, 1798, n.p.).

Escrevendo algumas décadas antes, o filósofo catalão Antonio de Capmany (1776, p. xii) endossava essa visão, verificando existirem novas vozes em francês voltadas para a compreensão necessária da multiplicação prodigiosa dos “objetos, y ramos de las ciencias naturales, de la literatura, y de la filosofía”.

OS FEIOS GALICISMOS!

Considerando, então, a relevância assumida pela língua francesa, ao ponto de uma quase hegemonia com relação às ciências, anunciada em dezenas de textos contemporâneos dos quais os aqui citados são meros exemplos, como e por que o galicismo se tornou um problema?

Embora as respostas sejam sempre parciais, percebemos que as representações do galicismo como elemento esteticamente reprovável foram recorrentes nos anos finais do século XVIII e em princípios do XIX. Podemos ver que

há uma continuidade discursiva sobre o tema quando o tradutor anônimo de *Os desvarios da razão* (Valmont, 1787) buscou agradar seus leitores e “os críticos de bom gosto” através de uma tradução que não contivesse “aquelles feios galicismos, e outros defeitos, que desfigurão inteiramente a nossa linguagem”, e empenhou-se em “não afastar-se daquelle por assim dizer pensar verdadeiramente Portuguez”. Na mesma nota discursiva, o também anônimo tradutor da *História Geral de Portugal* de Le Clede (1781) falou da dificuldade de evitá-los, já que “o Original, de que traduzia, me estava muitas vezes, como arrastando para cair em Gallicismos, o que talvez succedesse algumas vezes, a pezar do cuidado”.

Ao resenhar a tradução espanhola da *Historia de la administracion del Lord North*, publicado em 1806, o redator anônimo do *Minerva ó, El revisor general* (Minerva, 1806, pp. 105-6) adotou posição semelhante, colocando em dúvida a intenção do tradutor de ter feito uma tradução “casi literal” voltada às pessoas que não professavam as letras. Para o resenhista,

[...] podremos decirle que para cualquiera que la haya trabajado merecía se le hablase en castellano claro y algo correcto por lo menos; y que para ser literal su traducción no necesitaba quedarse medio en francés, ni ser desaliñada e incorrecta para ser sencilla.

Desde el principio hasta el fin todo es afrancesado, la construcción, las frases y muchas palabras, habiendo pasajes que nadie podrá entender; y así es que aunque la obra nos haya parecido agradable, no hemos podido seguir en su lectura desazonados y incomodados con tantos galicismos.

Nas mais de duas décadas que separaram essas representações, os exemplos de condenação aos galicismos se mantiveram constantes, como foi o caso do poeta Manoel Maria de Barbosa du Bocage ao apresentar sua tradução de *Eufemia, ou o triunfo da religião*, de François D’Arnaud, que se empenhou “em evitar os Gallicismos, de que abunda grande parte das nossas traducções, e que nos enxovalhaõ o fertil, e magestoso Idioma, só indigente, e inculto na opinião das Pessoas, que o estudarão mal” (D’Arnaud, 1793, n.p.), ou, ainda, o editor da tradução (feita por Antonio de Araujo de Azevedo, Conde da Barca) da *Elegia de Gray escrita no adro de uma igreja de aldeia*, em sua “Advertência”, ao mencionar a “raridade de boas traduçoens modernas; em muitas o erro ainda maior do descuido da nossa lingoagem viciada com gallicismos, e frases alheias da sua indole” (Gray, 1799, n.p.). Um último exemplo, que dá título ao presente texto, foi dado por Antonio de Moraes e Silva (autor do *Dicionário da*

Língua Portuguesa – Silva; Bluteau, 1789), no prefácio de sua tradução da *Historia de Portugal composta em inglez por uma sociedade de litteratos* (1788):

Nella se acha resumido o mais substancial; e puz todo o cuidado, em que a sua fraze fosse pura, castiça, e livre de antigualhas inintelligiveis, tanto ao menos, como os torpes Gallicismos, que hoje a feyão muitas traducções: que em fim escrevo para ser entendido dos que ao presente vivem, e dos que na idade futura, se lá chegar esta versão, se derem á leitura das historias patrias. O público julgará do nosso trabalho; e não queremos preoccupar o seu juízo com salvas antecipadas.

Por trás dessas representações estava um desejo de “pureza” linguística que os próprios autores percebiam como algo inatingível, mas que deveria, não obstante, orientar o esforço tradutório, pois “[...] Presentar una traducción tan pura y tersa, que non tenga una transición ni una palabra, que hula à la matriz em que se engendró, es empeño que le han intentado muchos, y le han logrado muy pocos”, e o que o autor dessas linhas percebia eram somente “[t]ructores mercenarios que preciados de poseer la lengua francesa, han corrompido la pureza y majestad de la Castellana” (Montesa, 1780, pp. 1-2). De modo, semelhante o frei Francisco de Sá, membro da Real Mesa Censória portuguesa, elogiou o tradutor Miguel de Freitas por seu trabalho no livro *Arte de pregar ou verdadeiro modo de pregar*: “A tradução he pura, expedita, e corrente, sem a manchar com estrangeirismos, ou palavras antiquadas [...]” (Sá, 1776b).

Isso nos traz às formas de entendimento do galicismo feitas pelos censores portugueses (mesmo que ainda não tenhamos tido contato com as censuras espanholas nesta fase da pesquisa). Protegidos pelo anonimato dos pareceres secretos, os censores eram mais contundentes em suas críticas. Defensores “de uma teoria e uma prática absolutista providencialista” (Villalta, 1999, p. 203), os censores portugueses também “exerceram diversos papéis, para além da sanha proibitória que o olhar contemporâneo vê retrospectivamente. Ou seja, [...] os censores portugueses da R[eal] M[esa] C[ensória] podem ser vistos sob uma ótica positiva” (Denipoti, 2022, pp. 185, 231), neste caso, propugnando padrões que visavam estabelecer uma “norma” ortodoxa do vernáculo escrito.

Ao fazer o parecer sobre a tradução (feita por Custodio da Silva Barbosa) da obra *Analyze do Santo Evangelho segundo a ordem historica da concordancia*, Antonio Pereira de Figueiredo, desejando que “huã obra deste porte e desta utilidade, cahisse em mãos mais polidas do que parecem ser as deste Traductor”, lamentava os erros de ortografia e o uso de galicismos (ou francesismos), “que ao Traductor escaparão como costuma succeder a quem não verte com huã

summa advertencia ao genio e propriedade das duas linguas. [...]”, chamando a atenção para o uso do termo “entretenimento”, usado “pelos Hespanhoes” e derivado do francês *entretetien*, mas “que eu não sei se entre nós terá por si algum hum uzo ou Author [...]” (Figueiredo, 1772). Frei Francisco de São Bento também criticou, em 1773, o uso indevido de palavras e expressões de origem francesa na tradução dos *Discursos Moraes Judiciosos, Serios e Criticos* de Charles de Saint-Évremond, pois o tradutor “sempre põem: sujeito em lugar de materia; Affares em lugar de negocios, uza de pensamentear em lugar de considerar [...]” (São Bento, 1773). De modo semelhante, o frei José Mayne (1786) aproveitou para, didaticamente, corrigir os termos afrancesados da coletânea de diversos textos sobre sangria, partos, anatomia e cirurgia, que Manoel Jozé Leitão submeteu à censura em 1786, para “melhor intelligencia da lição e talves da nossa lingua”:

Lista das palavras mal vertidas ou menos bem entendidas na lingua portugueza q se achão incertas nos Tratados de Sangria, Partos e Anatomia e Cirurgia de Manoel José Leitão com a versão q parece mais própria

Anatomista Anatomico
Bendages e [ileg] Atadura, Ligadura, Faxas
Beantes Abestos
Calota Barrete, Capacete, solidéo
Cloportes Millepedes
Flanges Falanges, fileiras
Fornecer e Fornece, et Dar, dá
Frotação e Frotando-se, etc Fricção, esfregandolhe, etc.
Furnir Dar
[...] (Mayne, 1786).

Frei Luis de Santa Clara Póvoa criticou a mesma dependência em galicismos na tradução que o frei Manoel da Ave Maria fez dos *Adventos e sermões morais* de Esprit Fléchier, pois o tradutor “a p. 36, 113 e 136 usa da palavra detalhe Franceza, e não Portugueza, ou Franceza aportuguezada”. Porém, o censor reconhecia a dinâmica da inovação linguística:

[Eu] sei que em muitas conversações serias, e familiares se tem introduzido esta palavra em a nossa Corte, e em algumas terras deste Reyno, mas eu [não uzarei] della no Pulpito, onde todas as nossas expressões devem ser claras, significantes,

próprias e expressivas p.a o commum das gentes, dos sentimentos e posições do orador (Povoa, 1774).

Com frequência, traduções deste tipo tinham seu pedido de licença para impressão negado pelos censores por motivos de correção da língua, e não por questões afetas às funções primordiais da censura de proteção à fé e à coroa. O arcebispo de Braga (Gaspar de Bragança) recusou a licença de impressão da tradução da obra *Theologia Moral*, de Francisco Genet (feita pelo Padre Antonio Jozé Palma), porque o tradutor manifestou “grande dezejo de se apartar do modo comum do falar, e de uzar de palavras antiquadas fez cahir este P.e em faltas, q. são indisciplpaveis em hum principiante. [...]”, além de querer imitar os franceses “q uzao m.to do verbo: haver” (Bragança, 1772). Este também foi o caso da tradução que Joaquim Manoel de Siqueira Brandão fez das “obras de Madama Lambert” (Anne-Thérèse de Marguenat de Courcelles), que teve o pedido de licença negado porque “[a] cada passo uza não so de clauzuras, e frases inintelligiveis, e exoticas, mas tambem de palavras baixas, e estranhas, e ainda as mesmas portuguezas as applica em sentido diverso do q ellas tem [...]” (Sá, 1776a). O frei José da Rocha, no parecer sobre a *Arte de agradar na conversação*, de Antoine François Prévost, traduzida por José Antonio da Silva Rego, também negou a licença solicitada, principalmente porque:

he bem notoria nesta Meza a ineptidão do Autor, para compor e traduzir qual-quer obra no nosso idioma; porque ignorante na Lingua portugueza, e falto daquelles principios que servem de baze a todas as sciencias, não escreve periodo em q não manifeste a pobreza dos seus talentos, nem pagina onde se não encontrem muitos erros (Rocha, 1774).

Além disso, a tradução tem “infinitos barbarismos e soliscismos [...]; [...] mistura e corrupção de vocabulos estrangeiros, e [...] grande falta de Grammatica que nella se acha, do que rezulta o parecer esta Arte escrita em huma linguagem até aqui desconhecida” (Rocha, 1774). Duas décadas mais tarde, João Guilherme Christiano Muller corroborou a postura geral dos censores em condenar os galicismos ao negar a licença para a impressão do manuscrito intitulado *Dialogos Criticos e Moraes*, parcialmente (segundo o censor) traduzido do francês, pois “Está elle cheio de Gallicismos. Em cada pagina se encontram repetições inuteis dos pronomes relativos Eu, Elle, etc. Quem não ve que o Autor expressou-se literalmente com palavras portuguezas o que realmente pensava em Francez? [...]” (Muller, 1792).

Ainda assim, em diversos casos, os censores julgaram esses defeitos de

tradução insuficientes para proibir a impressão de obras que eles considerassem úteis ou, do ponto de vista religioso, inócuas. Manoel de Moraes Soares, lendo a tradução portuguesa da *Medicina Doméstica* de Guilherme Buchan, aprovou a licença pedida, mesmo considerando que a tradução tinha “bastantes erros de Orthografia e alguns solecismos”, resultantes do pouco conhecimento do tradutor de ambas as línguas, julgando “que seus defeitos com facilidade podem cair nos olhos dos Revisores p.a os corrigir antes de expor a obra á estampa” (Soares, 1789). Francisco Xavier de Santana emitira opinião semelhante em 1772 sobre o *Methodo de dirigir as almas pelo caminho da salvação*, traduzido anonimamente e com um estilo que, “ainda que tem muitos francezismos, não deixa de ser claro, e por isso merecedor da licença, que pretende” (Santa Anna, 1772). Este também foi o caso da *Theologia Moral*, de Francisco Genet, citada acima:

Esta traducção seria mais Luivavel se o Auth não se servisse de palavras e phrases antiquadas, e de alguns Francezismos, q o fazem escabroso, escuro e as vezes inintelligel, principalm.te ao comum do clero, q ignora os termos Franceses, e não he versado na Lição de auth. antigos; porem como na obra [deixa] hum moral solido, e seguro, e q. se não acha facilm.te em Portuguez, he bem q saya a luz (Monte Carmelo, 1772).

Um último exemplo consta no parecer de Frei Matias da Conceição sobre a tradução de Luis Antonio Alfeirão dos *Sermões* de la Fourdupin. Para o censor, a gramática do tradutor combinava elementos franceses e portugueses “uzando m.to frequentemente de verbos impessoaes, e fora dos tempos, que naturalmente lhes corresponde no nosso idioma”, e que ele (o censor) foi “riscando e emendando por n’ão embarçar ao Traductor o meyo, que nestas traducções busca para subsistir”. Por isso, e por não conter “couza contra a Religião nem contra as Regalias de V. Mag.”, Conceição afirmou que, uma vez feitas as correções “que vão escritas por sima das palavras e orações gramaticaes riscadas”, a licença para impressão poderia ser concedida (Conceição, 1777).

Em tom semelhante, os censores consideravam bons aqueles textos que não continham galicismos, buscando manter os elementos essenciais do texto original. A tradução, feita pelo frei Manoel da Ave Maria, dos “panegyricos” do bispo de Nimes, foi elogiada nestes termos pelo censor, uma vez que a tradução “exata, e Portugueza” não continha “Frãcezismos nas palavras, e nas phrases, de q outras m.tas andão cheyas” (Sá, 1772). Frei Luiz do Monte Carmelo elogiou a tradução de José da Silveira Lara do livro *Instrução de um pai a*

sua filha em termos semelhantes, porque “fielmente traduzio o Francez p.a o nosso idioma no que pertence aos conceitos, ainda que não seguio em tudo o sentido Literal; porque muitos Gallicismos não se podem reduzir Literalmente ás nossas Frazes. [...]” (Monte Carmelo, 1779).

GALICISMO COMO NEOLOGISMO?

Os exemplos se multiplicam pelos pareceres, sempre com aspecto de pugna por um vernáculo, se não puro, ao menos purificado da influência gaulesa (Denipoti, 2022, p. 231 ss). É neste tocante que surge o paradoxo fundamental do processo de “invenção” disciplinar que acompanha a ciência do século XVIII (Costa; Leitão, 2008, p. 45). Nas redefinições sobre o processo de conhecimento científico, criam-se novos vocabulários pertinentes. A obtenção do conhecimento abandona gradativamente a confiança na autoridade dos clássicos greco-romanos que serviam de modelo sobre aspectos da vida natural dos europeus desde o século XVI (Hobsbawm, 1982, p. 47), para favorecer a descoberta, a novidade, o novo resultado da experiência feita de acordo com um método (Carvalho Junior, 2021).

Esses vocabulários, geralmente criados a partir de matrizes francesas, nem sempre encontravam equivalência nas línguas de tradução, vide o parecer de José Mayne (1786) sobre o uso de palavras como “anatomista” e “bendages” em uma tradução de obra de medicina, ao invés dos substantivos portugueses existentes para estas definições (anatômico e atadura), citado acima. As novas disciplinas vinham, portanto, acompanhadas de novos termos, novas palavras, que gradativamente se incorporaram à língua portuguesa, ainda que na forma de jargões profissionais, transformado o galicismo em neologismo.

Levando isto em conta, compreendemos, de modo mais completo, a crítica de frei Francisco de São Bento à tradução portuguesa de uma coletânea de discursos e sermões religiosos proposta pelo livreiro João Baptista Reycend. O censor julgou que a tradução de uma parte da obra era “indigna de apparecer”, devido aos erros gramaticais e às “as palavras novas e exoticas [que] s’ao defeitos insoportaveis, e frequentes nesta tradução” (São Bento, 1778).

A área de conhecimento que deixa mais evidente o confronto com as novas palavras de origem francesa é, provavelmente, a da medicina (associada à farmácia, entre outras). Neste campo, houve uma profusão tradutória marcante na parte final do século XVIII (Denipoti, 2022, p. 185), complementando a produção portuguesa, funcionando como um “mecanismo de circulação e transmissão de ideias” e como “agentes da inovação cultural e de prática co-

municativa” (Costa, 2011, p. 4). As censuras dessas obras apontam constantemente este fato, marcando a preferência dos tradutores pelos galicismos ou neologismos para constituir o jargão profissional, como vimos acima no parecer do frei Mayne (1786).

Outros pareceres enfatizam isso, em torno de algumas obras emblemáticas traduzidas no período. Ao analisar a tradução feita por José Manoel Chaves dos *Elementos de Medicina Pratica*, de Willian Cullen, o médico e censor Manoel Joaquim Henriques de Paiva lamentava que o tradutor não atendera os requisitos básicos de ter, “alem do perfeito conhecimento da linguagem”, a completa compreensão da disciplina em foco, “afim de exprimi-la com igual clareza, e representar o referido estilo com a mesma concisão”. Se tivesse sido este o caso, o tradutor não teria errado

ora adoptando muitos termos escusados, havendo aliás outros, que bem lhes correspondem, ora Legitimando alguns Latinos e Francezes sem nelles observar a desinencia, nem o character geral das alterações ou modificações analogicas, com que os nossos bons autores aportuguezaram outras expressões de que elle podéra usar” (Paiva, 1788).

Noutro parecer quase simultâneo, Manoel de Moraes Soares fez coro a Paiva, dizendo que a tradução da *Medicina Doméstica*, de William Buchan (a partir da tradução francesa), citada acima, “Tem alguns solecismos e barbarismos por mutação ou [ileg] de palavras de q me pareção indispensavel dar conta a V. Mag.e com hua Tabella Separada, juntam.e com as suas emmendas. [...]” – incluindo na lista as palavras francesas que originavam os erros do tradutor (Soares, 1788a). Anos mais tarde, Paiva concedeu a licença para a impressão do oitavo volume da *Medicina Doméstica*, apesar de a tradução estar “cheia dos vocabulos barbaros [...] que a vaidade introduzira em deshonra das sciencias, e a que muito [?] se acolhem por encobrir sua ignorancia” (Paiva, 1793).

Paiva também fez uma tradução do livro de Buchan, que foi publicada quase ao mesmo tempo que a de Francisco Padrell e não sofreu o mesmo tipo de crítica quando da análise da tradução pela censura: “O traductor deste terceiro Tomo, [...] he tambem hú Medico bastante conhecido e bem acreditado nesta Corte e julgo q neste trabalho satisfaz a todos os preceitos da boa Traducção. Somente reparo q se esqueceo em marcar o Appendice [...]” (Soares, 1788b). Contudo, em suas avaliações, Paiva insistia na inadequação da adoção de neologismos, combatendo as traduções “com infinitos vocabulos barbaros que depravam o sentido do original” (Paiva, 1790), como no parecer sobre os

Elementos de química de Vicente Coelho Seabra, que eram “quasi huma tradução literal dos elementos de química do Dr. Foureroy”, mas que poderiam ser impressos se:

antes de sahirem á luz, elle reformar a Linguagem, excluindo della as palavras simbolicas e barbaras de que está cheia, como por exemplo, acetitos, arsenicatos, beisoatos, bonbiatos, bombicos [...] e outros infinitos, os quaes fazem com que a linguagem seja mais difficil de comprehender do que a mesma sciencia (Paiva, 1789).

Dando seu parecer sobre a tradução das *Instituições ou Elementos de Farmacia*, de Antonio Baumé, feita por Jozé Francisco Leal, Soares (1788c), enquanto louvava a iniciativa, pelo merecimento da obra original e pela exposição para “seus compatriotas em a Lingoa q melhor entendem huá obra util á Farmacia Portugueza”, afirmava ter encontrado “muitos termos alheios e impróprios da Lingoa Portugueza”. O problema persistiu por várias décadas em toda a península ibérica, pois, no início do século seguinte, o resenhista anônimo do *Memorial literario* (1802, p. 180) analisou a tradução castelhana dos *Elementos de medicina práctica fundados sobre el sistema de Brown, por el Consejero M. A. Weikard*, afirmando que a obra teria utilidade “Si el traductor se hubiera detenido a observar la propiedad de la lengua castellana [...] y últimamente si en toda la obra no hubiese conservado exactamente la colocación francesa”. Em 1806, a crítica continuava vendo o problema do afrancesamento da língua (castelhana, neste caso), incluindo “la construcción, las frases y muchas palabras, habiendo pasajes que nadie podrá entender” (Minerva, 1806, p. 206).

Para efeitos gerais, temos, portanto, uma visão geralmente depreciativa do uso de neologismos em geral e de galicismos em particular, presente nas críticas, na censura e nos discursos dos tradutores, percebendo “el vicio común del Neologismo” (Castro, 1795, p. 141), do qual se buscava declaradamente fugir, nem sempre com sucesso, como lembrava Plácido Lopez em sua “advertência do tradutor” do *Almacen de las señoritas adolescentes*:

[...] No obstante, en quanto he podido, he procurado huir de los galicismos en que insensiblemente se incurre en estas traducciones; mas no por eso me lisonjeo de que le faltarán estos y otros muchos defectos, como igualmente aun en el mismo idioma castellano en que se traduce (Leprince de Beaumont, 1787, n.p.).

Contudo – e isso transparece nas críticas –, os conhecimentos expostos pelas “artes” e pelas ciências frequentemente “criavam” palavras (os neologis-

mos) ou transformavam termos franceses em palavras comuns em outras línguas (os galicismos), que acabam vinculadas tanto à disciplina científica a qual se aplicam quanto à própria língua (eventualmente). Neste sentido, foi sintomático o trabalho do Cardeal Saraiva (1827) em seu *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna*, apresentado na Academia Real das Ciências em 1823 e publicado cinco anos mais tarde pela própria Academia, com reedições no Rio de Janeiro em 1835 e em Lisboa em 1846, além de ser incluído na coletânea organizada por Norberto de Souza Silva (1877), da qual falaremos adiante. O estudo buscava atender uma demanda do “programma” de 1810 da Academia, que previa fazer um:

Glossario, ou catalogo de palavras e frases, em que se mostre com toda a individuação as que são próprias da língua franceza, e que por descuido ou ignorancia se tem introduzido na locução portugueza moderna, contra o antigo e bom uso, e principalmente as que forem contra o genio da nossa língua, e como taes, inadaptaveis nella (Saraiva, 1827, p. v).

O autor achou o trabalho muito pesado, principalmente por “serem sobremaneira numerosos os termos e expressões francezas, com que se acha desfigurada a natural formosura da nossa linguagem” (Saraiva, 1827, p. vi), pois, em geral, existiam termos portugueses “de igual significação” que podiam “em diversos casos traspassar com propriedade e energia a palavra franceza, e suprir o gallicismo refugado” (Saraiva, 1827, p. vii). Ele identificou um “certo pensar francês”, visível em quase todas as traduções e em muitas obras escritas originalmente em português, e que modifica a língua, dando-lhe “hum colorido estrangeiro, e alheio da sua natureza” (Saraiva, 1827, p. Viii), aproximando-se do parecer de João Guilherme Christiano Muller, mencionado acima, sobre escrever em português o que se pensava em francês (Muller, 1792). Saraiva continuou explicando:

Este *pensar francez*, que melhor se entende do que se explica, não resulta de hum ou outro gallicismo, que indevidamente se haja introduzido, e que com facilidade se pôde corrigir e evitar, mas consiste em tomarmos do francez hum modo particular de tecer o discurso, e hum certo ar, jeito, ou estilo de fallar e escrever, que he próprio daquella língua, e que não conforma com a indole, genio e cartacter da língua portuguesa (Saraiva, 1827, p. viii, em itálico no original).

O catálogo trazia também algumas “palavras technicas das sciencias e ar-

tes”, considerando que um inventário completo seria “obra mui longa”, pois o número delas crescia cotidianamente. Além disso, “nos não competia julgar o merecimento dellas, e da sua boa ou má derivação; mas sim aos professores dessas artes e sciencias”, levando-se em conta as particularidades de cada disciplina em formação, mas demonstrando claramente o campo de criação de neologismos oriundos da língua francesa, banalizados – como vimos – nos livros e manuais do período (Saraiva, 1827, p. vii).

A “luta” contra os galicismos em geral pode ser acompanhada ao longo do século XIX e início do século XX, por exemplo, com as reedições do texto do cardeal Saraiva ou com o *Diccionario de galicismos*, publicado por Rafael María Baralt em Madri em 1855. Porém, estes embates, ainda que visando criar normas para o vernáculo português e espanhol, esbarraram sempre na força editorial em língua francesa, que, ao longo do século XVIII, expandiu-se através da pirataria editorial, tanto na França quanto em países vizinhos, nos quais diversos editores aproveitaram a oportunidade de lucro fornecida pela expansão editorial para criar uma tendência positiva de “democratização do acesso à cultura” (Darnton, 2021, p. 289). Essa tendência se refletiu na predominância da língua francesa nos livros, representada também no trabalho dos tradutores e emulada por autores, levando à condenação generalizada que pudemos verificar na documentação, e da qual deu evidência a *Epistola* de Felinto Elísio sobre os galicismos, escrita em 1790 e publicada pela primeira vez no *Parnaso lusitano* em 1826:

[...]

Ama o meu Brito a lusitana língua
Pura como elle, energica, abastada,
Estreme de bastardo francesismo,

[...]

N’uma língua que engrossa e se enriquece
Cada dia coòs rios da eloquencia
Que tam caudaes de todo o monte manam;

[...]

Nos vergeis das sciencias. Novas coisas
Novos nomes requerem. [...]

(Nascimento, 1877, pp. 39-51)

Sintetizando as ideias, em primeiro lugar, é preciso reforçar a intenção deste estudo em demonstrar que a resistência e a crítica feitas aos galicismos em particular, e às palavras de origens estrangeiras em geral, vão além da bus-

ca ou da luta por alguma espécie de purismo linguístico, buscando ver, nos textos analisados, um certo “mal-estar” do século com a pressão exercida pela língua francesa sobre os “novos” conhecimentos difundidos através de um intenso e complexo mercado editorial (Darnton, 2021) e – apesar deste mal-estar – os diversos modos como estes conhecimentos se “naturalizam” nos vernáculos ibéricos. Uma parte significativa deste processo está relacionada diretamente às ideias de ciência em disputa no período, consolidadas nas práticas da elite da república das letras, que permitiram que a noção (dicionarizada) partisse, em pouco mais de meio século, de ciência como “saber, doutrina, erudição [...] conhecimento, prática, uso [e] experiência” (Bluteau, 1720, p. 524) para ciência como “conhecimento, notícia, conhecimento certo, e evidente das coisas por suas causas [...] o conhecimento daquilo em que fomos bem instruídos” (Silva, 1789; Bluteau, 1720, p. 380). Para uma compreensão menos incompleta dessas mudanças de significado, os galicismos podem ser vistos como neologismos necessários – suplementado ou instituindo “dialetos” profissionais (médicos, ou arquitetônicos, por exemplo). Talvez seja esta a razão pela qual a imensa maioria das críticas ao uso de galicismos ou neologismos advenha da literatura de cunho moral, e não tanto daquela relacionada às disciplinas em si mesmas.

Em segundo lugar, ainda que recorrendo de forma desigual às censuras portuguesas, que devem ser compreendidas em seu contexto complexo de produção e legitimidade de estruturas de poder e conhecimento (Tavares, 2014), o conjunto das fontes analisadas permite extrapolar os embates listados para outras parcelas dos letrados ibéricos sem invalidar o argumento. Estudos sistemáticos do processo de criação/adaptação de vocabulário de origem francesa para campos específicos do conhecimento, tanto em Portugal e na Espanha quanto em seus impérios ultramarinos (Denipoti, 2022, p. 185 ss), devem ser realizados para medir a validade dos argumentos aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- LA ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*. Madrid: Imprenta Real, 1832.
- ANDRESEN, Julie Tetel; CARTER, Phillip M. *Languages in the World: How History, Culture, and Politics Shape Language*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2016.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

- D'ARNAUD, François Thomas More Becular. *Eufemia, ou o triunfo da religião*. Drama [Trad. Manoel Maria de Barbosa du Bocage]. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1793.
- BARALT, Rafael María. *Diccionario de galicismos*. Madrid: Imprenta Nacional, 1855.
- BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Vol. 7*. Coimbra; Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa; Officina de Pascoal da Sylva, 1720.
- BRAGANÇA, Gaspar. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 8, documento número 39. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 26 jun. 1772.
- CAPMANY, Antonio de. *Arte de traducir el idioma frances al castellano*. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1776.
- CARNOT. *Reflexões sobre a metaphysica do calculo infinitesimal*. Trad. Manoel Jacinto Nogueira da Gama. Lisboa: Officina de João Procopio Correia da Silva, 1798.
- CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Método. *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*. 2021. Disponível em: <https://denipoti.wixsite.com/website>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- CASTRO, Ignacio. *Relación de la fundación de la Real Audiencia del Cuzco en 1788, la saca a luz S. de la Paliza*. Madrid: Imprenta de la Viuda de Ibarra, 1795.
- CAVALIERE, Ricardo. Antonio de Moraes Silva e os estudos gramaticais do século XVIII. In: THIELEMANN, Werner (Org.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*. Frankfurt am Main: TFM – Teo Ferrer de Mesquita, 2006. pp. 537-540.
- LE CLEDE. *História Geral de Portugal* [Trad. Anon.]. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1781.
- CONCEIÇÃO, Mathias. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 10, documento número 38. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 20 abr. 1777.
- CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo Diccionario critico e etymologico da Lingua Portugueza*. Paris: Casimir, 1836.
- COSTA, Palmira Fontes da; LEITÃO, Henrique. Portuguese Imperial Science, 1450-1800. In: BLEICHMAR, Daniela et al. (Eds.). *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*. Connecticut: Stanford University Press, 2008. pp. 35-54.
- COSTA, Rui Manuel Pinto. *O Methodo Facilimo e Experimental, Para curar a maligna enfermidade do cancro: um caso de literatura médico-cirúrgica portuguesa de meados do século XVIII*. Eä, v. 3, n. 2, pp. 1-38, 2011.
- DARNTON, Robert. *Pirating and Publishing: The Book Trade in the Age of Enlightenment*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- DICIO: Dicionário on-line de língua portuguesa. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/galicismo/>. Acesso em: 23 out. 2020.

- DENIPOTI, Cláudio. *Um livro sobre livros: Cultura escrita em Portugal e no Brasil (1770-1820)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022.
- FIGUEIREDO, Antonio Pereira de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 8, documento número 26. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 10 mai. 1772.
- GARCÍA HURTADO, Manuel-Reyes. *La traducción en España, 1750-1808: cuantificación y lenguas en contacto*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007.
- GESSNER, Salomão. *A morte de Abel*. Lisboa: Officina que foi de Antonio Alvarez Ribeiro Guimaraens, 1785.
- GONÇALVES, Maria Filomena. As Reflexões sobre a Lingua Portuguesa (1773/1842) no contexto das ideias linguísticas do século XVIII. In: Miret, Fernando Sánchez (Coord.). *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románica*. Vol. 5. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2015. pp. 181-189.
- GRAY, Thomas. *Elegia de Gray escrita no adro de uma igreja de aldeia*. Trad. na Lingoa Portuguesa [Por Antonio de Araujo de Azevedo, depois conde da Barca]. Hamburgo: [s.n.], 1799.
- HISTORIA DE PORTUGAL COMPOSTA em inglez por uma sociedade de litteratos, com as addiçoens e notas do tradutor portuguez, A[ntonio]. de Moraes Silva. Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias, 1788.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LEPRINCE DE BEAUMONT, Jeanne Marie et al. *Almacen de las señoritas adolescentes, ó Dialogos de una sabia directora con sus nobles discípulas: para servir de continuacion al Almacen de los niños*. Trad. D. Plácido Barco Lopez. 1787.
- MARTINS, Maria Tereza Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- MAYNE, José. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 13, documento número 29. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 04 dez. 1786.
- MEMORIAL LITERARIO, ó, Biblioteca periódica de ciencias y artes, Madrid: Imprenta de los Señores Garcia, y Cía., v. 3-4. 1802.
- MINERVA, ó, el revisor general, Madrid: Imprenta de Vega y companhia, trimestre quarto, tomo III, n. XCII, nov. 18, 1806.
- MONTE CARMELO, Luiz. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 08, documento número 32. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 29 jun. 1772.
- MONTE CARMELO, Luiz. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 11, documento número 21. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 15 abr. 1779.
- MONTESA, Vicente Ferrer Gorraiz Beaumont y. *Cartilla de cirujanos y manual para todos: deducida de las observaciones de Mr. Goulard...: con varias prevenciones y notas que ha demostrado la experiencia, para curar todo mal exterior*. Barcelona: Antonio Fernandez, 1780.

- MULLER, João Guilherme Christiano. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 15, documento número 04. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 17 ago, 1792.
- NASCIMENTO, Francisco Manoel do. Epistola sôbre o estudo da língua e dos bons modelos, e meios de evitar o francesismo. In: SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Galicismos, palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza: estudos e reflexões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877. pp. 39-106.
- NOVO DICCIONARIO da lingua portugueza: composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, e acrescentadode varios vocabulos extrahidos dos classicos antigos, e dos modernos de melhor nota, que se achaõ universalmente recebidos. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1806.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henrique de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 8. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 25 fev. 1788.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henrique de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 37. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 8 set. 1789.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henriques de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 20. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 27 set. 1790.
- PAIVA, Manoel Joaquim Henrique de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 15. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 08 jul. 1793.
- POLZIN-HAUMANN, Claudia. Ilustrados-anti-ilustrados: La ilustración española y sus adversarios. Un estudio léxico. In: THIELEMANN, Werner (Ed.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a região do Rio da Prata*; [actas do Congresso “Século das Luzes: Portugal, Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata”, Berlim, 20-24 de Maio 2003]. Berlim: Ibero-Amerikanisches Institute, 2006. pp. 191-207.
- PORTAL DE ARCHIVOS ESPAÑOLES. s.d. Disponível em: <http://pares.culturaydeporte.gob.es/inicio.html>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- POVOA, Fr. Luis de Santa Clara. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 8, documento número 14. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 09 jul. 1774.
- PORTER, Roy. *Enlightenment: Britain and the Creation of the Modern World*. London: Penguin UK, 2001.
- PROENÇA, Martinho Mendonça de Pina e. *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.
- ROCHA, Fr. José da. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 08, documento número 17. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 11 ago. 1774.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*: compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso. Madrid: J. Ibarra, 1780.

- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua castellana*: compuesto por la Real Academia Española, reducido a un tomo para su más fácil uso. 4. Ed. Madrid: Por la Viuda de D. Joaquim Ibarra/Impressora de la Real Academia, 1803.
- SÁ, Francisco de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 8, documento número 07. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 16 mar. 1772.
- SÁ, Francisco de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 09, documento número 15. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 14 mar. 1776a.
- SÁ, Francisco de. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 09, documento número 27. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 17 mai. 1776b.
- SANTA ANNA, Francisco Xavier. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 8, documento número 49. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 13 ago. 1772.
- SANTOS, Antonio César. Letrados. *Glossário de termos do mundo ibérico setecentista*. Disponível em: <https://denipot.wixsite.com/website>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- SARAIVA, D. Fr. Francisco de S. Luiz. *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se tem introduzido na locução portuguesa moderna*. Lisboa: Typografia da R. Academia de Sciencias, 1827.
- SÃO BENTO, Francisco. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 08, documento número 20. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 24 mar. 1773.
- SÃO BENTO, Francisco. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 10, documento número 54. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 03 set. 1778.
- SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Volume 2: L-Z). Lisboa: Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1789.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Off. de Simao Thaddeo Ferreira, 1806.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Gallicismos, palavras e phrases da lingua franceza introduzidas por descuido, ignorancia ou necessidade na lingua portugueza: estudos e reflexões*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.
- SILVESTRE, João Paulo. A tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa. In: VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo. *Dicionarística portuguesa: inventariação e estudo do património lexográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007. pp. 153-161.
- SIQUEIRA, Jessica Câmara. *Estudos de neologismos*. Joinville: Clube de Autores, 2015.
- SOARES, Manoel Moraes. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 64. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 10 jul. 1788a.
- SOARES, Manoel Moraes. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, b. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 03 ago. 1788b.

- SOARES, Manoel Moraes. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 57. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 24 out. 1788c.
- SOARES, Manoel Moraes. Parecer; Série – Real Mesa Censória, caixa 14, documento número 23. Lisboa (Arquivo Nacional da Torre do Tombo). 24 mar. 1789.
- TAVARES, Rui. *Le censeur éclairé (Portugal 1768-1777)*. Thèse (Doctorat en Histoire et Civilisations) – École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Paris, 2014.
- VALMONT, Marquez de. *Os desvarios da razão*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1787.
- VILELA, Mário. A norma “purista” no século XVIII (com base num exemplo). *Revista de História*, 04, pp. 49-62, 1981.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- WARNER, Willian. Transmitting Liberty: The Boston Committee of Correspondence’s Revolutionary Experiment in Enlightenment Mediation. In: SISKIN, Clifford; WARNER, William (Eds.). *This Is Enlightenment*. University of Chicago Press, 2010. pp. 102-119.

NOTAS

¹ Nesta fase do trabalho, ainda não foram analisados os diversos pareceres de censura espanhóis disponíveis no *Portal de Archivos Españoles* (s.d.).

